

Geopolítica e integração regional na América Latina: permanências, crises e perspectivas

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz*

Introdução

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o atual cenário da integração regional na América Latina a partir do caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) destacando as permanências, crises e perspectivas. Defendemos que o atual cenário não pode ser analisado isoladamente, mas precisa ser entendido à luz da conformação do processo de integração regional, bem como dos interesses (geo)políticos na/da região, e ainda, dos antecedentes externos e internos que impulsionaram a criação do bloco.

Para tanto, este capítulo está dividido em duas partes principais. A primeira trata sobre o papel que os países mercosulinos ocupam no sistema-mundo moderno colonial. Tal discussão nos ajuda a compreender os motivos e padrões que orientam a integração regional no MERCOSUL. Já a segunda parte discute sobre o processo de integração regional no MERCOSUL, buscando compreender seus principais desafios e mudanças ao longo de sua história.

Por fim, cabe ressaltar que em 2021, ocasião em que este texto foi escrito, o MERCOSUL acaba de completar trinta anos. Este é um período propício para reflexões acerca dos avanços e desafios que permeiam a iniciativa, já que o debate pode indicar novas possibilidades e perspectivas futuras.

A América Latina como subalterna no sistema-mundo moderno colonial

A invenção da América foi basilar para a estruturação do sistema-mundo moderno colonial. Sem a conformação geosocial da América seria impossível estabelecer os padrões de dominação/exploração/acumulação que garantiu à Europa sua consolidação como o centro do sistema-capitalista, pois a América foi o ato constitutivo do sistema-mundo moderno colonial (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

* Doutora, mestra e graduada em Geografia pela UNESP. Professora no Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Registro).

E-mail: d.dayana@hotmail.com

A invenção da América veio acompanhada pelos estigmas impostos pelos padrões de colonialidade e modernidade, os quais garantiram uma organização da estrutura do poder mundial que vigora até hoje, ainda que o colonialismo tenha sido finalizado. A organização da estrutura do poder mundial está assentada na colonialidade do poder, ou seja, em como as relações internacionais e internas seguem o processo de dependência histórico-cultural em relação ao centro do sistema capitalista (QUIJANO, 2012).

Foi a partir da invenção da América que os padrões de dominação/exploração/acumulação foram mundializados (PORTO-GONÇALVES, 2006). A estrutura de poder hierarquiza o papel que os países desempenham no sistema mundial, a partir do *ranking* estabelecido entre: centro, semiperiferia e periferia. Essa estrutura está diretamente relacionada à posição que ocupam na divisão internacional do trabalho, e o nível de dependência e subordinação que exercem.

Embora a América Latina seja enquadrada como periférica, no contexto regional, alguns países desempenham um papel de liderança em relação a outros. O papel político de tais países os classificam como semiperiferias. O papel da semiperiferia é complexo e ambivalente. Isso quer dizer que, se na escala regional as semiperiferias são consideradas líderes, na escala global elas assumem o papel de subordinadas quando se relacionam com os países centrais. No caso do MERCOSUL, essa lógica é demonstrada não só do ponto de vista político, mas também econômico, sobretudo no que se refere à balança comercial entre os membros maiores (Argentina e Brasil) e os membros menores do bloco (Paraguai e Uruguai) (CRUZ, 2015).

Podemos citar como casos ilustrativos das semiperiferias na América Latina a Argentina, o Brasil e o México. Nos três casos, consolidar-se como semiperiferia demandou afirmar o papel político de liderança regional não só diante dos países periféricos como Bolívia, Paraguai ou Guatemala, mas diante das semiperiferias já consolidadas. Vimos este movimento do Brasil com o projeto político para a modernidade, que implicou, dentre outras coisas, na expansão das infraestruturas para a integração do território nacional e no atrelamento à política externa estadunidense. A expansão das infraestruturas serviu para promover uma integração seletiva daqueles espaços capazes de atender às demandas verticais, criando espaços de concentração de fluxos, poder e acessibilidade, organizados por um princípio hierárquico (RAFFESTIN, 1993). Para Becker (2000), ao aderir o projeto político para a modernidade, o Brasil colocou em prática uma proposta da classe burguesa, com

ideologia nacionalista, e de motivações políticas e estratégicas de unificação do território.

O padrão de modernidade vinha do espelhamento no desenvolvimento das economias europeia e estadunidense. O espelhamento no desenvolvimento europeu é presente desde o início da colonização, inclusive a imposição da modernidade como um padrão a ser seguido foi o trunfo que possibilitou a sustentação da Europa como centro do sistema-capitalista. Já o padrão de desenvolvimento estadunidense passou a ser seguido, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial e vinha acompanhado pela união em torno da “ameaça comunista”.

Especificamente no caso brasileiro, como dito anteriormente, o projeto político para a modernidade configurou-se como um fator fundamental na tentativa de internalização de um modelo alheio de desenvolvimento. Embora encontremos em momentos anteriores essa mesma tentativa, o projeto político para a modernidade teve o diferencial de consolidar o papel do Brasil como liderança regional na América Latina. Tal meta vinha sendo alvo da geopolítica formal desde as primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir das ideias de Mário Travassos (TRAVASSOS, 1935; MELLO, 1987; CRUZ, 2017). Travassos propunha a neutralização da influência argentina na Bacia do Prata a partir da expansão das redes de infraestruturas e satelitização de Uruguai, Paraguai e Bolívia. Paulatinamente, as ideias de Travassos tomaram forma na geopolítica prática entre os anos de 1930 a 1970, porém o escopo maior aconteceu com o General Golbery do Couto e Silva durante a ditadura militar (BECKER, 2000). Couto e Silva defendia que a única forma do Brasil se sustentar como liderança regional seria a aposta na aliança com os Estados Unidos.

A mesma década em que o Brasil se tornou semiperiferia também foi marcada pelo início da crise hegemônica estadunidense e pela revolução científico-tecnológica (AGNEW, 2008). A revolução científico-tecnológico trouxe uma mudança qualitativa ao modo capitalista de produção, acompanhado pela adoção do neoliberalismo por conta da crise keynesiana (MARTINS, 2018). Junto com a adoção de um novo modelo econômico, aprofundaram-se os processos ligados à globalização. Neste contexto, o próprio Estado teve seu papel remodelado. Apesar de continuar sendo imprescindível, sobretudo do ponto de vista normativo, o Estado-nação inicia na década de 1970 um processo de transferência de parte de sua soberania para escalas superiores – acordos macrorregionais ou supranacionais – ou inferiores – cidades globais (FONT; RUFÍ, 2006).

Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), o cenário de crise foi atenuado com o fim da Guerra Fria e a ascensão de uma lógica multipolar que combinou o jogo de

ordem e (des)ordem, um verdadeiro caos sistêmico, um constante processo de des-territorialização que, se por um lado propiciou a coesão e a convergência do sistema internacional, por outro, levou à desagregação e fragmentação (COSTA, 2019).

Em meio ao caos sistêmico, as estratégias de adaptação dos países latinos resultaram na polarização e centralização de capitais, e conseqüentemente, no aumento do abismo entre ricos e pobres. As estratégias de crescimento econômico para adaptação ao novo contexto de mudanças estão em torno da aceleração do processo de modernização, o qual estava em curso desde os anos de 1960, conforme menciona Trindade Júnior (2010) ao analisar as transformações no espaço amazônico brasileiro. A modernização dos anos de 1960 e 1970 consistiu na criação de objetos artificiais seguindo as demandas verticais ligadas à racionalidade da lógica de acumulação flexível. Do ponto de vista normativo, a modernização resultou na flexibilização da legislação em torno da atuação das empresas multinacionais.

O custo dessa modernização veio na década seguinte (1980): a crise econômica que fez a década ser conhecida como “década perdida”. No processo de reestruturação/crise das economias semiperiféricas e periféricas, fatores internos e externos corroboraram para que os países criassem blocos econômicos e acordos regionais preferenciais a fim de buscar fortalecer suas economias, dos quais o MERCOSUL é um exemplo.

A busca pela internalização de um padrão alheio: o caso do MERCOSUL e o recente rumo da integração regional

O MERCOSUL é um dos acordos mais consolidados da região. Criado em 1991, a partir da assinatura do Tratado de Assunção por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o MERCOSUL tem desempenhado um papel de destaque entre os acordos regionais na América Latina, ao longo de seus trinta anos de existência.

Os países que compõem o MERCOSUL formam uma região de grande potencial geoestratégico que desperta a atenção internacional, sobretudo por conta da presença de petróleo e gás natural na costa do Atlântico (EGLER, 2019), da configuração estratégica da Tríplice Fronteira e das conexões entre Paraguai, Argentina e Brasil (ARELLANO, 2012), da abundância de recursos hídricos do Aquífero Guarani (OLIVEIRA, 2008) e da biodiversidade da Amazônia brasileira (BECKER, 2005; ALBAGLI, 1998).

A criação do bloco ocorreu em meio a uma convergência de fatores internos e externos, sem que houvesse a criação de um modelo próprio de integração, o que resultou em uma série de consequências que perduram até os dias atuais.

Do ponto de vista econômico, o MERCOSUL foi criado em um contexto de retomada do crescimento econômico pós-década perdida. A economia dos países na região passava por um momento de reestruturação/crise, cuja decisão tomada para a superação da crise foi a adoção do neoliberalismo. Esse processo fez parte de um contexto mais amplo de movimentação cíclica da economia mundial, que teve como um de seus resultados a quebra dos acordos cobertos pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a conseqüente combinação da liberalização das economias, por meio do regionalismo aberto, aliada à estratégia de confluência das economias regionais em blocos econômicos (CHESNAIS, 1996). Este é o contexto externo que apoia a criação do MERCOSUL. Todavia, não seria possível compreender as motivações que levaram à criação do bloco sem considerar também os fatores internos que permitiram a aproximação entre os Estados Partes (membros-efetivos do MERCOSUL que assinaram o Tratado de Assunção).

Segundo Oliveira (1998), o MERCOSUL foi resultado da aproximação entre Argentina e Brasil, os quais disputavam anteriormente a liderança regional e a satelitização de Paraguai, Bolívia e Uruguai (MELLO, 1987). Cessado o período de conflito entre os dois países, a aproximação de Argentina e Brasil rendeu dois diferentes acordos: O Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), criado em 1986; e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD), que vigorou entre 1988 e 1991. Resumidamente, esses acordos setoriais visavam promover uma zona de livre comércio entre os dois países com foco na circulação de produtos industrializados. Esses dois acordos foram responsáveis por despertar a atenção de Paraguai e Uruguai para possíveis impactos econômicos que a integração poderia resultar em suas respectivas economias.

Para criar o MERCOSUL, os Estados Partes usaram a experiência europeia como ideal a ser alcançado e não como apenas uma referência. Nesse sentido, vemos reforçados os padrões de colonialidade e modernidade sendo impostos à região a partir de um modelo de integração *top-down*. Com isto, as particularidades regionais, a herança colonial e as assimetrias existentes entre os países foram desconsideradas. Obviamente, o ideal de integração não foi alcançado e o MERCOSUL permanece como um acordo em que a permanência de planos e protocolos é maior do que os resultados práticos indicados por eles. Como exemplos, podemos citar o fato de o MERCOSUL não ter se consolidado como um mercado comum, a dificuldade na

solução de controvérsias e as argumentações em torno da flexibilização do bloco (CRUZ, 2017). Todavia, não há como negar que, mesmo estando aquém dos resultados estabelecidos como metas pelo próprio bloco, o MERCOSUL configura-se como um importante espaço de cooperação do ponto de vista geopolítico e geoeconômico (COSTA, 2019; EGLER, 2006). Prova disto, é que até mesmo os países sul-americanos que não fazem parte do bloco como membros-efetivos (Estados Partes), participam do MERCOSUL como Estados associados. Chile, Equador, Peru, Colômbia, Suriname e Guiana, na condição de Estados associados, não possuem poder de veto e voto, porém, o fato de acompanharem as reuniões e discussões demonstra o interesse que o bloco desperta nos países vizinhos. Ademais, a Bolívia encontra-se em processo de adesão ao bloco desde 2012, com a assinatura do Protocolo de adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL.

A Venezuela foi o único país que aderiu oficialmente o MERCOSUL além dos quatro Estados Partes que assinaram o Tratado de Assunção em 1991 (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). A adesão da Venezuela ao bloco foi iniciada em 2006 com a assinatura do Protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. O processo foi concluído em 2012 quando a Venezuela começou a participar ativamente de todos os órgãos do MERCOSUL.

Mas, a participação ativa da Venezuela durou pouco. Em 2017, o país foi suspenso oficialmente por tempo indeterminado do bloco. A suspensão já havia sido colocada em prática no ano anterior (2016). Tal fato ocorreu devido à quebra do Protocolo de Ushuaia que trata sobre o compromisso democrático dos Estados Partes (MERCOSUL, 2017). Esse foi também o motivo de suspensão do Paraguai em 2012, na ocasião do impeachment do ex-presidente Fernando Lugo. Cruz (2018) chama a atenção para o fato de não ocorrer a mesma interpretação com o Brasil, pois não houve suspensão na ocasião do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. A suspensão não foi sequer discutida por conta dos possíveis impactos econômicos e políticos no bloco (CRUZ, 2018). Voltando ao caso do Paraguai, após um ano de sua suspensão, o país retornou sua participação ativa no MERCOSUL, já a Venezuela permanece por quase quatro anos sem o retorno previsto.

Verificamos que desde 2016 a mudança no cenário político regional tem contribuído para o enfraquecimento do MERCOSUL. A mudança inaugurada pela vitória nas eleições argentinas de Mauricio Macri e pelo impeachment da ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, marcou uma nova fase de crise no bloco, que por sua vez seguia a orientação política à direita do subcontinente. Ademais, os efeitos na economia foram agravados ainda em 2020 com a atual pandemia e com os membros

efetivos do MERCOSUL sem nenhuma capacidade de apresentar propostas que minimizem os impactos causados pela COVID-19.

Estamos diante de uma crise política, sanitária e econômica, cujos efeitos estão sendo sentidos em todas as escalas geográficas e nos diferentes níveis da vida social. A frágil capacidade de governança do MERCOSUL na coordenação de políticas macrorregionais tem mostrado que, apesar dos impactos atuais da crise, a falta de coordenação das políticas macrorregionais não é um problema que surgiu na atual conjuntura, mas é uma realidade que se faz presente no bloco desde a sua criação.

Neste sentido, ainda que o MERCOSUL tenha avançado em algumas questões com a criação do Parlamento do MERCOSUL (Parlasul) e do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), esses avanços não foram suficientes para gerar impactos estruturais no bloco. Isso ajuda a explicar também por que a partir de 2016 o enfraquecimento do bloco tem sido acelerado. Para Castro (2021), estamos vivenciando uma fase preocupante de paralisia e destruição do bloco. A autora cita como exemplo o posicionamento do Uruguai na reunião de trinta anos de comemoração do MERCOSUL. O presidente do país, Luis Lacalle Pou, defendeu a flexibilização do bloco por meio da criação de acordos bilaterais com países não-membros. Tal postura, apesar de rechaçada pela Argentina, foi endossada pelo Brasil. Este não é um posicionamento novo do Uruguai, pois é recorrente desde a mudança do quadro político regional, e principalmente, após a suspensão da Venezuela (CRUZ, 2017).

Cabe ressaltar que a crise da integração regional não é um caso específico apenas do MERCOSUL, mas é uma tendência que afeta todos os acordos latinos. Podemos citar como exemplo o caso do desmantelamento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) para a criação do Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL). O acordo foi formalizado através da Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul, assinada pelos presidentes dos países Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru, no dia 22 de março de 2019.

O argumento que fundamentou a criação do PROSUL esteve baseado na desburocratização e neutralidade, além de um processo de integração regional de “estrutura flexível, leve, que não seja custosa, com regras de funcionamento claras e com mecanismo ágil de tomada de decisões” (PROSUL, 2019, não paginado). Todavia, a real motivação para a criação do PROSUL esteve distante do discurso político apresentado. Encontramos diferentes análises que indicam a criação do PROSUL como fruto de um novo rumo da integração regional, caracterizado pelo acirramento

entre posicionamentos ideológicos, advindos das transformações no cenário político regional (FORTI NETO, 2020; MARQUES JÚNIOR, 2020, CRUZ, 2020). O PROSUL ignorou as iniciativas anteriores e reduziu-se à criação de uma estrutura superficial que pouco atende às diferentes demandas dos países que fazem parte do acordo.

O enfraquecimento dos acordos e blocos regionais deverá ser o caminho trilhado nos próximos anos pelos países latinos, em decorrência do contexto político regional, bem como dos efeitos recentes da crise ocasionada pelo COVID-19.

Considerações Finais

O intuito deste texto foi levantar questões pertinentes para a discussão sobre integração regional no MERCOSUL. Ressaltamos os aspectos ligados à geopolítica e ao papel que os países desempenham no âmbito regional e global. Observamos que estes papéis estão ligados à atuação na divisão territorial do trabalho e na hierarquização que os países ocupam no sistema-mundo moderno colonial.

A herança imposta à América Latina como subalterna está presente também nos próprios objetivos em torno da integração, sobretudo na tentativa de internalizar um padrão alheio, impossível de ser alcançado. O fracasso na busca por moldar-se às referências do centro do sistema capitalista denuncia a falta da construção de um referencial latino de integração que esteja alinhado aos anseios da região, e principalmente, dos cidadãos que nela residem.

A consolidação de mudanças estruturais no MERCOSUL não ocorreu, mesmo com os avanços conjunturais que aconteceram no bloco. Estas mudanças incluem: ampliação dos temas na discussão sobre a integração regional (cultura, direitos humanos, saúde, educação etc.), criação de um espaço para a discussão sobre as assimetrias regionais a partir da criação do FOCEM (2004), indicação da necessidade de ampliação da participação cidadã com a criação do Parlasul (2005). Nota-se que três décadas após a criação do bloco, a participação cidadã ainda não é consolidada, a falta de uma infraestrutura que promova a integração física entre os países continua sendo uma preocupação e, apesar de diferentes temas estarem incluídos na agenda política do bloco, não há coordenação das políticas macrorregionais em torno da saúde, por exemplo. Estamos vendo, como resultado, a falta de respostas aos efeitos econômicos e sociais causados pela pandemia.

Se as mudanças conjunturais adotadas entre 2003 e 2015 não foram capazes de mudar efetivamente a integração regional mercosulina, a partir de 2016 vimos um desmantelamento dos avanços conquistados anteriormente. Como visto ao longo do

texto, este não é um aspecto específico do MERCOSUL, mas uma tendência regional que abrange outros blocos e acordos na América Latina. Sendo que, o caso mais emblemático é a saída da maior parte dos membros da UNASUL para fundar o PROSUL.

Referências

AGNEW, J. A nova configuração do poder global. **Caderno CRH**, v. 21, p. 207-219, 2008.

ALBAGLI, S. **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília: Edições Ibama, 1998.

ARELLANO, D. B. **La triple frontera del Paraná (Paraguay-Brasil-Argentina)**. Condiciones endógenas institucionales e ilegalidad. Santiago: RIL editores, 2012.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 271-308.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, 2005.

CASTRO, M. S. P. **30 años del Mercosur: entre las posibilidades y la supervivência**. 2021. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/30-anos-del-mercosur-entre-las-posibilidades-y-la-supervivencia/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CHESNAIS, F. **Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, W. M. Crise da integração e tendências geopolíticas na América do Sul. In: COSTA, W. M.; VASCONCELOS, D. B. (Orgs.). **Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos**. São Paulo: FFLCH, 2019. p. 16-34.

CRUZ, D. A. M. O. O comércio intra-regional no Mercosul: uma discussão a partir do intercâmbio entre Brasil e Paraguai. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, Fortaleza, v. 6, número especial 2, p. 209-221, 2015.

CRUZ, D. A. M. O. **Geopolítica e integração regional: uma análise dos projetos de infraestrutura de transportes entre Brasil e Paraguai**. Tese (Doutorado em Geografia). 133 f. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017.

CRUZ, D. A. M. O. O papel do Brasil no processo de integração regional no MERCOSUL. **Revista Formação**, v. 25, n. 46, p. 27-45, 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5506/0>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CRUZ, D. A. M. O. Os rumos da integração regional no subcontinente: da UNASUL ao PROSUL, o que mudou? **Revista de Geopolítica**, v. 11, p. 111-122, 2020.

EGLER, C. A. G. MERCOSUL: um território em construção? **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 1, p. 24-28, 2006.

EGLER, C. A. G. Crise e (des)integração regional na América do Sul. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 13. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

Geopolítica e integração regional na América Latina: permanências, crises e perspectivas

DOI: 10.23899/9786589284109.8

FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FORTI NETO, O. Da UNASUL para o PROSUL: a visão do Estado de Direito e o regionalismo latino-americano. **Conjuntura Global**, v. 9, n. 1, p. 130-149, 2020.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Nova Des-Ordem Mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARQUES JÚNIOR, W. P. Mudanças no multilateralismo regional sul-americano: perspectivas da substituição da UNASUL pelo PROSUL. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, v. 6, n. 1, p. 122-144, 2020.

MARTINS, C. E. O Sistema-Mundo Capitalista e Os Novos Alinhamentos Geopolíticos No Século XXI : Uma Visão Prospectiva O Ciclo Longo Atual e a Economia Mundial. **Caderno MetrÓpole**, v. 20, p. 673-696, 2018.

MELLO, L. I. A. **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1987.

MERCOSUL. **Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL**. 2017. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 7. ed. Brasília: Civilização Brasileira, 2006.

PROSUL. **Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul**. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20203-declaracao-presidencial-sobre-a-renovacao-e-o-fortalecimento-da-integracao-da-america-do-sul>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

OLIVEIRA, M. G. **A fronteira Brasil-Paraguai**: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. Dissertação (mestrado em Geografia). 110 f. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2008.

OLIVEIRA, M. O. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e MERCOSUL. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 5-23, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100001>. Acesso em: 24 fev. 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade Do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias Do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2012. p. 5-10.

QUIJANO, A., WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, Paris, n. 134, p. 549-557, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressão do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico. **Revista do IEB**, n. 50, p. 113-138, 2010.

.